



ATA SEI

ATA DA 196ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE DE 03/04/2023

No terceiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e quarenta minutos, iniciou-se a 196ª centésima nonagésima sexta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Joinville no plenarinho da Câmara de Vereadores em Joinville. O presidente Wilson Freitas Junior fez a abertura da assembleia cumprimentando com boas vindas e agradecendo a todos os presentes. Ato contínuo passou a palavra ao 1º secretário, conselheiro Romaldo que iniciou a leitura da pauta **1- Expedientes: 1.1 apresentação e aprovação da pauta do dia; 1.2 comunicados e informes da secretaria-executiva; 2 - Ordem do dia: 2.1 Apresentação e Aprovação do PARECER da CAI Referente a habilitação do Centro Hospitalar UNIMED Joinville – 2.2 Apresentação e Aprovação do PARECER da COFIN Referente ao “3º QUADRIMESTRE DE 2022” - 2.3 Apresentação e Aprovação do PARECER da COFIN Referente ao “SUPERAVIT financeiro do exercício anterior de R\$71.007.345,87” - 2.4 OFÍCIO SEI Nº 0016257097/2023 – SES.Unidade Administrativa e Financeira, Minuta de Decreto para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.724.071,30 (seis milhões, setecentos e vinte e quatro mil, setenta e um reais e trinta centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, Relativo ao SUPERÁVIT financeiro apurado em 2022 na fonte de recurso 78 - Emendas parlamentares individuais para suprir as necessidades de custeios e investimentos – 2.5 Apresentação da atual situação da dengue e ações.** Após a leitura o secretário Romaldo devolveu a palavra ao presidente Wilson que pediu inclusão de Pauta, referente aos pareceres da COFIN - A conselheira Cléia solicita inclusão de pauta referente aos pediatras nas UBS, o conselheiro Douglas solicita a inversão de pauta, que o 2.5 seja invertido com o 2.1. O presidente Wilson colocou em votação a inclusão de pauta os pareceres da COFIN, ficando aprovado com 22 votos; Na sequência colocou em votação a inclusão de pauta referente a pediatria, ficando aprovado com 20 votos e 02 abstenções; Colocou em votação a inclusão de pauta a inversão de pauta, ficando aprovado com 13 votos, 03 reprovações e 05 abstenções, colocou em votação a pauta do dia com as mudanças, ficando aprovado por 22 votos. Ato contínuo passou a palavra ao 1º secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura **INFORME DELIBERATIVOS: 1. Recomposição da Comissão de Orçamento e Finanças**, segmento profissional da saúde, não houve voluntário. Ato contínuo o secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura **2. Recomposição da Comissão Municipal Intersetorial para elaboração do plano municipal pela primeira infância é um plano de estado, Intersetorial, que tem como referência central o plano nacional pela primeira infância, aprovado pelo Conselho Nacional dos direitos da Criança e Adolescente em 2010 e, cuja elaboração é recomendada pela LEI 13.257/2016, que prevê a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as crianças que estão na “primeira infância”, o conselheiro Adilson da Silva do HMSJ se disponibilizou como titular e o conselheiro Osmar Lopes, como Suplente.** Na sequência o presidente colocou em votação, ficando aprovado com unanimidade. Ato contínuo o secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura; **3. OFÍCIO SEI Nº 0016154032/2023 – SES.UAF.ACV, Informamos que tramitou nesta secretaria a proposta de parceria SEI Nº 0013071008/2022 - SES.UCC.ACV (MINUTA SEI Nº 0014257561/2022 - SAP.CVN), a qual seria celebrada com a Associação do Corpo de Bombeiros, após ampla análise de diferentes áreas, informamos que a proposta não prosperará. o transporte inter-hospitalar continuará sendo realizado pelo samu. diante do exposto, encerramos o presente processo.** Na sequência passando a palavra a diretora executiva Jocelita, onde colocou que o convênio foi elaborado na época da pandemia, quando havia necessidade de fazer o transporte inter hospitalar, das UPAS para os hospitais, o volume era gigantesco, nesse momento decidiu-se que não há mais necessidade da continuidade visto que houve uma redução significativa do número de pacientes e o SAMU consegue fazer esses transportes. A conselheira Cléia questiona sobre a ambulância ser do município, como está essa situação. A diretora executiva Jocelita coloca que esse é outro contrato, este seria somente o transporte, tem outro credenciamento que é para atendimento, mas esse é somente referente ao transporte. A conselheira Cléia questiona quando iria vencer e qual o valor do convênio, e se a solicitação é a revogação da Resolução, para isso precisa de quórum qualificado. A Coordenadora SECMS Márcia informa que não é necessário quórum qualificado nesse caso. O valor do contrato é 360 mil reais anual. Na sequência o presidente colocou em votação a revogação da Resolução 0014108680/2022, ficando aprovado com unanimidade. Ato contínuo o secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura; **4. OFÍCIO Nº 02/2023-CENSUPEG, solicitamos a indicação de dois membros do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, sendo um**

titular e um respectivo suplente, que deverão compor o referido Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos- CEP para o triênio de abril de 2023-2026. O conselheiro Romaldo Backes do HMSJ se disponibilizou como titular desse comitê, ficando em aberto o suplente. Na sequência o presidente colocou em votação, ficando aprovado com 25 votos. Ato contínuo o secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura; **Ordem do Dia, 2.1- Apresentação da atual situação da DENGUE E AÇÕES-** Aguardando a apresentação- passa para ordem do dia seguinte, **2.2 Apresentação e Aprovação do PARECER da CAI referente a habilitação do centro hospitalar UNIMED Joinville -** Ato contínuo a Conselheira Susana, relatora da Comissão (CAI) faz a leitura da conclusão do Parecer; **“Concluindo: considerando todas as premissas supracitadas, os membros da Comissão de Assuntos Internos/CAI do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, manifestam-se FAVORÁVEIS as habilitações do Centro Hospitalar Unimed Joinville, CNES nº 2521431, CNPJ 82.602.327/0003-60 para realização de transplantes: Células-tronco Hematopoiética (cód. 2401/2402/2403), Transplante de Rim (cód. 2408) e Transplante de Fígado(cód. 2409), condicionado à: a) desde que o Público alvo a ser atendido no programa de transplantes propostos seja única e exclusivamente saúde complementar ou particular; e b) assumo o pré, o intraoperatório e as intercorrências (pós-operatório) de curto/médio/longo prazo.”** Na sequência o presidente pergunta se tem questionamentos, não teve, colocou então em regime de votação, ficando aprovado com 24 votos. Ato contínuo o secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura; **2.3 Apresentação e Aprovação do PARECER da COFIN REFERENTE AO “3º QUADRIMESTRE DE 2022” -** Ato contínuo a Conselheira Susana, relatora da Comissão (COFIN) faz a leitura da conclusão do Parecer; **Concluindo: considerando todas as premissas supracitadas, os membros da Comissão de Orçamento e Finanças/COFIN do Conselho Municipal de Saúde, após a análise da PRESTAÇÃO DE CONTAS do 3º QUADRIMESTRE 2022 da SMS, recomenda-se: - que os arquivos encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde via SEI (que não tramitaram na base do SES.CMS), sejam encaminhados via SEI em formato PDF no corpo do processo; - que os pedidos de informação, em caráter de urgência, sejam respondidos em caráter de urgência; - que seja apresentado ao CMS, quais ações estão sendo previstas para poder alcançar as metas que não foram contempladas; - que nestas ações esteja previsto o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde; - que as informações solicitadas via OFÍCIO SEI e não respondidas neste parecer, quando recebidas pelo CMS, serão analisadas junto ao RAG/2022. - que em todas as prestações de contas do 3º. quadrimestre, conste as informações de “Restos a Pagar”.** Na sequência o presidente pergunta se tem questionamentos, não teve, colocou então em votação, ficando aprovado com 24 votos e uma abstenção. Ato contínuo o secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura; **2.1 Apresentação da atual situação da DENGUE E AÇÕES** A Diretora de Políticas de Saúde Fabiana faz a apresentação dos dados epidemiológicos do município, (Anexo) retirados do BI, os dados encontram-se disponíveis na página da prefeitura <https://www.joinville.sc.gov.br/dengue/>, “Os dados foram retirados hoje, e correspondem até a data de ontem, tem no momento 12.434 (doze mil quatrocentos e trinta e quatro) casos notificados em 2023, Casos notificados são os casos suspeitos de dengue, após notificado, vão para investigação, para confirmar ou descartar, 7.182 (57,8%) casos em investigação, 2.759 (22,2%) confirmados e 2.493 (20%) descartados. Descartado é porque pode ser outra doença, mas pelos sintomas suspeitou de dengue. Desses 2.759 casos, foi confirmado que o paciente pegou dengue no município de Joinville. é feito monitoramento do tipo de dengue, no brasil existem 04 sorotipos de dengue, em Joinville é o tipo 01 que está circulando, é importante informar que o sorotipo não é relacionado com a gravidade do paciente, mas quando o paciente pega ele fica imune aquele tipo de dengue. e até o momento 01 óbito confirmado de residente em Joinville. o gráfico mostra casos notificados e confirmados de dengue por semana Epidemiológica. As duas últimas semanas ainda tem casos em investigação. o Município de Joinville vem conversando e se preparando desde agosto de 2022. Após apresenta os casos confirmados de dengue por faixa etária, a faixa etária economicamente ativa, é a mais atingida, varia de 20 a 49 anos. Internações de casos confirmados de dengue por semana epidemiológica, não é uma doença simples, dengue mata, dengue interna, e dengue hoje a gente consegue fazer a prevenção, reforçando, é importante prevenir. Segue com apresentação dos 10 bairros com maior número de casos confirmados de dengue, foi realizado no último sábado um mutirão nos bairros Comasa, Floresta, Nova Brasília e Bom Retiro, eram os que no momento do planejamento mais tinham casos confirmados. Acredito que nos próximos dias o mutirão vai dar resultados, junto com as outras ações e com a ajuda da população. Existe também as armadilhas colocadas em diversos pontos, para capturar o mosquito, é visitado esses pontos semanalmente para recolher e monitorar onde o mosquito está. Apresentou os bairros com maior número de focos de mosquito *Aedes aegypti*, é diferente a ação onde tem focos e onde estão os doentes. Uma estratégia é uma parceria com a Fiocruz, que são estações com água parada, o inseticida gruda na patinha dele, ele vai espalhando esse inseticida nas águas que ele vai pousando. O secretário Andrei coloca sobre a dificuldade de entrar nas casas dos munícipes, devido a Lei Municipal não é possível entrar nas residências, a ação que foi realizada no sábado foi retirado muito lixo das residências, e que 80% dos focos hoje estão nas residências, não estão em locais públicos, por isso é tão importante a conscientização. A diretora fala que em relação a focos, pontos estratégicos são visitados quinzenalmente, um exemplo são os cemitérios, é trabalhado o ano inteiro, é uma doença de perfil epidemiológico de verão, calor e chuva, mesmo assim são eliminados os focos durante todo o ano. Segue com a apresentação, o LIRA (Levantamento de Índice Rápido) que é um protocolo do Ministério da saúde, os dados do LIRA traz onde estão os focos, e no município de Joinville mostra que estão dentro das residências. é um programa o Ministério da Saúde, acontece duas vezes ao ano, março e em outubro, esse programa sorteia locais, a gente vai lá faz a vistoria no

local, dentro do LIRA tem indicadores, essas informações são baseadas em pesquisas, em dados. O secretário comenta que na ação do sábado foram recolhidas 75 toneladas de lixo. Na sequência a diretora apresenta o Mapa de focos e o Mapa de casos, onde mostra os locais de focos e de casos, e o link para acesso do painel da dengue <https://www.joinville.sc.gov.br/dengue/> disponibilizado no site da prefeitura. O presidente Wilson comenta que esteve participando da ação de sábado, e que ficou impressionado como as pessoas têm o trabalho de jogar o lixo nos casqueiros, sendo que o caminhão que recolhe o lixo passa na porta da casa. A Muniçipe Zenir, pergunta como sabem onde estão os focos, pois nunca passaram na rua dela. A diretora Fabiana responde que *as residências são visitadas e um boletim é preenchido, o boletim é do ministério da saúde e é inserido em um sistema informatizado onde é monitorado essas informações. As visitas são realizadas diariamente o ano todo. A equipe da vigilância ambiental da saúde não pode entrar em terrenos baldios, a SAMA colabora acompanhando para entrar nesses terrenos.* O conselheiro Osmar fala que *no Don Gregório tem uma vala aberta, e no mangue tem muito lixo jogado, carros parados, abandonados, acumulando água.* A diretora fala que *em ferro velho fazem visitas quinzenalmente, carro na rua não podem interferir; no caso do riacho e do mangue, o mosquito não se prolifera em água corrente, ele é típico de água parada e água limpa.* A conselheira Francisca questiona sobre a secretaria estar se preparando desde agosto para a dengue desse ano, e porque não tem uma equipe para atender as emergências da dengue, foi tirado médico do posto para atender na central da dengue, sobre o lixo zero, como Joinville conseguiu ganhar um prêmio de lixo zero, o Ulisses Guimarães é o bairro que mais vala aberta tem, e sobre os terrenos particulares, porque não obrigam fechar as valas na frente desses terrenos, porque quando são empresários não tem punição. A diretora responde que *na questão dos médicos a gente está planejando desde agosto do ano passado, mas existe uma questão de limite financeiro, então precisa remanejar os profissionais que já tem.* O secretário fala que *a secretaria da saúde tem limitações, a ação específica começou em agosto, organização da rede, fluxos, capacitação, antes de 2019 tinha pouquíssimos casos, cada vez estamos melhores na assistência à dengue, porém temos limitações, os recursos são limitados.* A conselheira Susana pergunta quando os ACS's vão voltar fazer as visitas. O secretário respondeu que *a contratação da terceirização administrativa está em andamento, e para o segundo semestre espera poder liberar os ACS's para voltar com suas atribuições.* A conselheira Cléia fala que já iniciaram no bairro, os mutirões de limpeza, iniciaram pelo condomínio, estão fazendo a parte no sentido preventivo, *porque só vão nos bairros quando já está infestado para fazer o fumacê, e que o terreno da nova unidade precisa ser roçado, e está preocupada quanto ao planejamento que está acontecendo desde agosto e em nenhum momento foi citado ao CMS, tem que ser parceiro, no planejamento de vocês já devem ter o custo de quanto vai custar tirar o atendimento da atenção primária.* O secretário fala que a conselheira está com razão sobre a comunicação com o CMS, precisa melhorar, *com relação ao fumacê, tem sido feito o fumacê, que é indicado quando tem uma grande concentração de mosquitos, porque o impacto ambiental é muito grande, por matar pássaros, abelha entre outros insetos, sobre a roçada do terreno, pode ser feito, mas é importante falar que o mosquito aedes aegypti é um mosquito da área urbana, nas áreas onde tem bastante vegetação tem predadores do aedes aegypti.* A diretora Fabiana fala que para completar quanto a questão do planejamento, com relação a dengue, *o padrão de planejamento vem do ministério da saúde, e deve ser encaminhado para a macro, estado e ministério da saúde, é um padrão formatado chamado plano de contingência, existem outras situações ligadas a dengue que são monitoradas pelo município, no mutirão teve um comandante que comentou que acha interessante como que a saúde e a segurança pública trabalham de uma forma que não deixam a população saber o que está acontecendo, porque muitas vezes a gente consegue segurar antes que vire uma epidemia, uma pandemia, e a população entrar em desespero, existem muitos fluxos de planejamento que muitas vezes o ideal é que a população nem saiba, que a gente consiga barrar antes que a população saiba. A dengue existe desde a década de 90, e não tem grande sucesso de a dengue ser encerrada, a gente busca estratégias para minimizar as situações, treinar as equipes, tratar antes de agravar, eliminar os focos, mas sem a população não tem como ter sucesso.* A muniçipe Glória como que vem de uma região que é endêmica, e que *essa limpeza que foi realizada no fim de semana não deveria ter sido antecipada?* O secretário fala que o primeiro mutirão foi em outubro, essa não foi a primeira ação, e pretende cada vez mais intensificar as ações. A diretora diz que são realizadas 25 mil visitas por mês. O secretário diz que mesmo sendo uma grande ação, *só isso não é necessário, as pessoas precisam se mobilizar e olhar o próprio quintal.* O conselheiro Douglas fala que viu o prefeito falando no instagram onde foram mobilizadas 600 pessoas nessa ação, *mas que são 489 agentes comunitários que deveriam estar fazendo esse mesmo serviço diariamente, eles também tem essa capacitação, e quando se fala em tirar os agentes comunitários do posto no segundo semestre, daí já foi, essa casa onde foi tirado toneladas de lixo, deveria ser de conhecimento do ACS, parece que a atenção primária está fraquejando, é um sinal de fragilidade, as ACS não estão fazendo o que deveriam fazer, e propôs os agentes de endemias trabalharem junto com a estratégia de saúde de família, a UBSF não sabe o que está acontecendo, mutirão é falta de planejamento a médio e longo prazo, se nessa casa onde foi tirado toneladas de lixo tivesse um trabalho prévio não teria chegado nessa situação.* O secretário fala que concorda com quase tudo, mas não concorda que mutirão é falta de planejamento, *essa ação foi uma estratégia para trazer o assunto para a sociedade, aproveitando que o assunto está na mídia, é uma das etapas do planejamento, o caso de haver casas nessa situação, é que a gente não pode entrar a força e retirar esse lixo.* A diretora Fabiana fala que *o mutirão é uma estratégia padronizada pelo ministério da saúde, acredita não ser o ideal, mas é uma das estratégias. Quanto aos acumuladores, tem vários mapeados na cidade, esse não foi*

descoberto no dia, estava mapeado, como a gente estava com outras forças de segurança e equipamentos no dia, aproveitou-se para realizar essa ação. Vem sendo feito um trabalho desde o ano passado, têm diferentes atribuições do ACS e do ACE, o ACS não pode trabalhar com veneno que o ACE trabalha, o ACS tem um tablet onde tem uma aba que se ele percebe a possibilidade e existência de um foco ele abre a aba vigilância ambiental, quando é simples ele resolve e informa no tablet, isso gera um relatório na vigilância ambiental, quando cai na vigilância ambiental tem do mais grave para o menos grave, o mais grave é realizado a visita em até 48h, o meio eletrônico é uma forma de estar mais próximo dos ACS e fazer essa parceria. A municipal e presidente do SINSEJ Jane, fala que o ACS deveria estar ganhando 40% de gratificação pela utilização de veneno, e que a dengue também mata, cabe a prefeitura e ao governo federal lembrar as pessoas de que a dengue também mata, e já havia em 2022 uma alerta que a dengue estaria em um pico muito alto até os primeiros meses de 2023. E onde tem mais casos, onde tem chuva e calor intenso, Joinville está no ranking da quarta cidade com incidência de dengue, falta política de pública, os ACS são os principais agentes de combate a dengue, e veio incentivo do governo federal e o município não repassou para os servidores, precisa sim cobrar do poder público municipal uma ação efetiva. O Vereador Henrique fala que concorda com o conselheiro Douglas, que tem que haver integração, mas que no mínimo duas vezes por semana passa o caminhão do lixo, estão pagando taxa de lixo para levar o lixo no casqueiro, o povo precisa acordar, os agentes estão se desdobrando, precisa acordar a população, 60% dos focos dentro das casas, gastar dinheiro público para andar nas casas, se o caminhão não estivesse passando, mas está passando, e qual o tipo de lixo, percebo que na maioria dos casos, é lixo reciclável, precisa de investimento sim, de integração sim, planejamento sim, mas a população precisa acordar. O secretário fala que em algumas situações a vigilância sanitária atua junto com a vigilância ambiental, porque a vigilância ambiental não tem poder de polícia, já a vigilância sanitária tem, essa que é a diferença. O presidente Vilson agradece a apresentação. Ato contínuo o secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura; **2.4 Apresentação e Aprovação do PARECER da COFIN referente ao “SUPERÁVIT financeiro do exercício anterior de R\$71.007.345,87”** - A Conselheira Susana, relatora da Comissão (COFIN) faz a leitura da conclusão do Parecer; **Concluindo:** considerando todas as premissas supracitadas, a maioria dos membros da Comissão de Orçamento e Finanças/COFIN do Conselho Municipal de Saúde, manifestam-se **FAVORÁVEIS** à abertura do crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior de R\$ 71.007.345,87, condicionado que: **a)** recursos do Fundo Municipal de Saúde sejam apreciados/deliberados/aprovados pela Plenária do Conselho Municipal de Saúde, antes da publicação do respectivo decreto; **b)** que seja retirado o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), do valor pleiteado na fonte 38, por não ter sido apresentado respaldo legal (SEFAZ apresentou um valor e SMS está pleiteando outro valor); **c)** que este valor ora pleiteado seja apresentado ao Pleno do CMS, a respectiva prestação de contas detalhadamente. Na sequência o presidente pergunta se tem questionamentos, não teve, colocou então em regime de votação, ficando aprovado com 28 votos. Ato contínuo o secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura; **2.5 OFÍCIO SEI Nº 0016257097/2023 – SES.UNIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, minuta de decreto para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.724.071,30 (seis milhões, setecentos e vinte e quatro mil, setenta e um reais e trinta centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, relativo ao superávit financeiro apurado em 2022 na fonte de recurso 78 - emendas parlamentares individuais para suprir as necessidades de custeios e investimentos** – A diretora Jocelita informa que são emendas individuais de parlamentares, os recursos estão destinados, para o castramóvel, castração, que no ano passado o conselho aprovou uma mudança de ação, não foi possível utilizar o recurso e virou superávit, tem também recursos de custeio para Pró Rim, Hospital Bethesda, Banco de Olhos, MDV e atenção primária. O presidente Vilson pergunta se tem questionamentos. A conselheira Cléia pergunta qual o valor do castramóvel, e diz que já tem uma resolução. A diretora Jocelita fala que devido ter que realizar licitação, e que devido não ter dado tempo no ano anterior, virou superávit e precisa nova aprovação. A conselheira Cléia pergunta se o decreto já foi publicado no diário oficial e recomenda encaminhamento para a comissão COFIN. A diretora responde que como são emendas parlamentares individuais e já tem recurso destinados, é encaminhado paralelamente para a fazenda e para o conselho, e que a reunião era para acontecer na semana passada e foi adiada. O vereador Henrique pergunta se o que está no FM para o Bethesda, se está para ser liberado. A diretora Jocelita responde que tem uma emenda de 200 mil reais, e em outras despesas tem outro montante para o Bethesda, e o plano de trabalho está em andamento para elaborar um novo convênio para utilizar a emenda parlamentar. O vereador Henrique pergunta se tem previsão de quando vai ser. A diretora Jocelita responde que estão em negociação com o Bethesda e trabalhando o plano de trabalho. Na sequência o presidente Vilson colocou em regime de votação, sendo reprovado sendo 07 votos de aprovação, 03 abstenções, e 17 reprovações, sendo encaminhado para a comissão da COFIN. Ato contínuo o secretário, conselheiro Romaldo continuou a leitura; **2.6 Apresentação e Aprovação do PARECER da COFIN referente a Readequação do Plano de Trabalho da Política Hospitalar Catarinense- Hospital Bethesda e do Plano de Trabalho da Política Hospitalar Catarinense do HMSJ.** A coordenadora Cleia fala que devido a demanda da última reunião CMS, foi encaminhado para a COFIN, como o conselho tem por objetivo seguir leis e normas, a comissão trouxe o que encontrou sobre isso, e agradeceu a Fernanda do Bethesda e o Adilson do HMSJ, e que como aprovar uma alteração de 12 meses para 06 meses, que na página da secretaria do estado não tem nada sobre essa mudança, e que a única informação encontrada foi um ofício, a comissão decidiu relatar ao pleno e o pleno decidir, passado a palavra ao Adilson e a Fernanda para então o pleno tomar a decisão. A documentação do

HMSJ está como 2022, erro de digitação, a comissão analisa tudo, e não tem nada que diga que passou de 12 para 06. O diretor Adilson informa que analisando a documentação verificou um erro de digitação e foi conversado com o estado, viram que é um erro de digitação, foi aprovado pelo pleno a proposta do Plano de trabalho para a PHC 2023, foi feita a proposta enviado pelo site, mas por questão orçamentária o estado preferiu fazer uma nova análise e onde preferiu-se fazer em 2, foi dividido em 2, o convênio que aprovou no pleno em janeiro não chegou a ter validade por causa dessa diligência. A Coordenadora da COFIN Cléia, pede que seja condicionado a revogação das resoluções de janeiro. O presidente Vilson colocou em regime de votação o PLANO DE TRABALHO DA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE DO HMSJ, ficando aprovado com 26 votos. A Fernanda do Hospital Bethesda informa que ocorreu a mesma situação do HMSJ com o Hospital Bethesda, foi solicitação do estado essa divisão. o presidente Vilson colocou em regime de votação o PLANO DE TRABALHO DA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE- HOSPITAL BETHESDA, ficando aprovado com 26 votos e uma reprovação. Ato contínuo, 2.7 *Pediatria*, o presidente Vilson passa a palavra à conselheira Cléia. A conselheira fala que hoje soube que a unidade do Costa e Silva vai ficar sem pediatra, lá deveria ser 06 equipes, estão com 03, e agora vão tirar o pediatra, sei que a situação do município é de emergência, mas como fica essas crianças que já estavam aguardando, pra quando vão remarcar, o fortalecimento da atenção primária é pra ontem, Sr. Douglas, o sr. que é o coordenador da rede, precisa fazer alguma coisa, estão reclamando que o PA, o Infantil tem muita demanda, mas vai crescer ainda mais, e os penalizados são profissionais, o CLS do Costa e Silva tem o Slogan “ CUIDAR DE QUEM CUIDA”, como vai ficar essa demanda depois, peço encarecidamente que se discuta, que se faça alguma coisa, porque o que vai acontecer, esse conselho não pode ficar sem dar uma resposta aos 32 mil habitantes do Costa e Silva, eu segui os trâmites legais, e se necessário vou procurar a próxima instância, vou lutar pelo meu bairro, pela minha unidade de saúde enquanto presidente do CLS do Costa e Silva. Passa a palavra ao Sr. Douglas que fala que desde março do ano passado teve redução do horário de atendimentos de várias unidades, redução de servidores, agentes, técnicos de enfermagem, enfermeiros, não foram renovados os contratos de gineco e outras categorias, estamos pedindo desde novembro uma reunião com a secretaria de saúde, pra ver a melhor forma de fortalecer as UBSF, nunca vi a perspectiva de criar uma unidade específica para atendimento pediátrico. Volto a falar, mutirão, centro de triagem, centro de atendimento de pediatria, pra mim é falta de planejamento de médio e longo prazo. Não estou dizendo que as crianças não precisam ser atendidas, precisam, se tiver as equipes com mais de 6 mil usuários, elas não vão dar conta, cada equipe tem que ter no máximo 4 mil pessoas por equipe, passou disso não é passível da equipe dar conta. os médicos da atenção básica poderão atender tranquilamente as crianças que chegam lá, até porque segundo a diretora do Hospital Infantil, 70% das crianças são classificação verde ou azul, e se dividir pelo município inteiro, mas para isso precisa ter uma equipe capacitada e em número suficiente para dar conta do seu território. O presidente Vilson informa que a comissão de rede vai discutir o assunto no dia seguinte e o coordenador da comissão de rede vai fazer os encaminhamentos quanto ao assunto da pediatria. O presidente do CMS, Vilson Freitas Junior, dá por encerrada a 196ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e quarenta minutos, da qual eu, Vera Lucia Komar Hlenka, transcrevi a presente ata que vai ser assinada pelos conselheiros presentes, através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): Adilson Da Silva, Akadenilques de Oliveira Martins Souza Kudla, Romaldo Backes, Fabiane Guizoni, Fábio André Correia Magrini, Nelci de Moraes dos Santos, Helen Aparecida Schuch Raiser, Daniela Giglio Dermato, Kathellen Monteiro dos Santos Camargo, Mary Almira Larangeira da Rosa Albrecht, Nelson Roberto Westrupp, Douglas Calheiros Machado, Jaqueline Schreiner Terra, Alexandra Marlene Hansen, Martha Maria V. S. Abreu Artilheiro, Claudio Henrique Amaral, Jaqueline Rodrigues Guarino, Valentina Maria da Silva, Vilson Freitas Junior, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Elson Alexandre Regis, Osmar Lopes, Edviges Fusinato Ferreira, Carmen Dalfovo Kohler, Susana Staats, Euclides Paterno, Ademar Beninca, Francisca do Nascimento Schardeng, Vinicius Aniceto Maia da Silva, Albertina Camilo, Maridete de Fatima Pinheiro Soares da Silva, Geraldo Pereira dos Santos. Totalizando trinta e dois conselheiros municipais, de trinta entidades.



Documento assinado eletronicamente por **Elson Alexandre Regis, Usuário Externo**, em 25/04/2023, às 12:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Roberto Westrupp, Usuário Externo**, em 25/04/2023, às 12:45, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca do Nascimento Schardeng, Usuário Externo**, em 25/04/2023, às 12:49, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Calheiros Machado, Usuário Externo**, em 25/04/2023, às 13:43, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Marlene Hansen, Usuário Externo**, em 25/04/2023, às 16:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Akadenilques de Oliveira M Souza Kudla, Gerente**, em 25/04/2023, às 16:34, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Valentina Maria da Silva, Usuário Externo**, em 25/04/2023, às 19:01, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Beninca, Usuário Externo**, em 25/04/2023, às 20:22, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Susana Staats, Usuário Externo**, em 25/04/2023, às 21:14, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Carmen Dalfovo Kohler, Usuário Externo**, em 25/04/2023, às 21:35, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adilson da Silva, Diretor (a) Executivo (a)**, em 25/04/2023, às 21:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Vilson Freitas Junior, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 07:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Edviges Fusinato Ferreira, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 11:53, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Mary Almira Lorangeira da Rosa Albrecht, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 14:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 15:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Andre Correia Magrini, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 15:33, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Maridete de Fatima Pinheiro Soares da Silva, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 16:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Kathellen Monteiro dos Santos Camargo, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 16:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Rodrigues Guarino Gaedke, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 17:35, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Osmar Lopes, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 23:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cleia Aparecida Clemente Giosole, Usuário Externo**, em 03/05/2023, às 19:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique do Amaral, Usuário Externo**, em 17/05/2023, às 00:24, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Romaldo Backes, Servidor(a) Público(a)**, em 24/05/2023, às 19:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0016704587** e o código CRC **5D2F74E2**.